

CONHECIMENTO DO ESPAÇO NATURAL ATRAVÉS DA ATIVIDADE CINEGÉTICA NA IDADE MÉDIA

Natural space knowledge through hunting activity in Middle Age

Conocimiento del espacio natural mediante la actividad de caza en la Edad Media

Jonathan Mendes Gomes¹

RESUMO:

Utiliza-se do *Livro de Montaria*, escrito por D. João I de Portugal, para apresentar certos aspectos da relação desenvolvida pelo homem medieval com o espaço natural. Trata-se, primeiro, de confrontar as características expressas pelo imaginário com as experiências do vivido. Em seguida, busca-se mostrar alguns conhecimentos pragmáticos sobre a natureza apreendidos pela prática da caça. Por fim, aponta-se o reconhecimento dos obstáculos oferecidos pela natureza e como suscita esforços técnicos para superá-los.

Palavras-chave: História Medieval. Ambiente natural. Conhecimento cinegético.

ABSTRACT:

It use the *Livro de Montaria*, written by D. João I from Portugal, to present certain aspects of the relationship developed by medieval man with the natural space. It is, first, to confront the characteristics expressed by the imaginary with the experiences lived. Then it seeks to show some pragmatic knowledge about nature learned by practice of hunting. Finally, it points to the recognition of the obstacles provided by nature and how raises technical efforts to overcome them.

Key words: Medieval History. Natural Environment. Hunting Knowledge.

RESUMEN:

Se utiliza del *Livro de Montaria*, escrito por D. João I de Portugal, para presentar ciertos aspectos de la relación desarrollada por el hombre medieval con el espacio natural. Se trata, en primer lugar, de confrontar las características expresadas por el imaginario con las experiencias vividas. En seguida, se busca mostrar algunos conocimientos acerca de la naturaleza pragmática apoderados mediante la práctica de la caza. Por último, se apunta el reconocimiento de los obstáculos que proporciona la naturaleza y cómo plantea esfuerzos técnicos para superarlos.

Palabras-clave: Historia Medieval. Ambiente natural. Conocimiento de caza.

¹ Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense. Área de Concentração: História Medieval.

As relações entre o homem e os elementos da natureza mostram-se imprescindíveis para o desenvolvimento e compreensão das sociedades. Dessa forma, o estudo do ambiente possuindo como centro o homem, seus pontos de vista, suas reações e técnicas, deve principiar com aspectos como o conhecimento, percepção e ocupação do espaço, pela história das ciências e mentalidades. É nesse ponto que se localiza a preocupação em identificar as relações entre o homem medieval e o espaço natural que o circunda, não só em seus aspectos vegetais, como outros da caráter geográfico.

Assim, pretende-se esclarecer posturas e tratamentos difundidos no baixo medievo, em diferença à imagem vigente sobre esses ambientes naturais, a exemplo da floresta, como lugares mistificados e incitadores de terror. Mais ainda, considera-se relevante perceber as necessidades de uma apreensão mais precisa desses espaços, a partir de inovações no plano dos saberes, visando um melhor conhecimento, delimitação e controle. Passa-se, portanto, ao desenvolvimento de condições mais pragmáticas nas relações com a natureza, destacando alguns efeitos de caráter empírico resultantes desse movimento.

Será levado em consideração, principalmente, os ambientes mais frequentados pela nobreza, a exemplo daqueles utilizados durante o exercício de jogos e atividades que lhes caracterizam, como a caça nos coutos e montados. Seguindo esta intenção, selecionou-se o *Livro de Montaria*, escrito por D. João I, a servir como fonte para o presente estudo.

1 A natureza medieval entre o imaginário e o vivido:

A respeito das relações estabelecidas entre o homem medieval e os espaços naturais ao seu redor, destaca-se primeiramente que estes encontravam-se representados, durante quase todo o período, por um imaginário dominado pelo simbólico e pelo fantástico. Florestas e montanhas eram interpretadas nesse imaginário como o lugar do maligno e do não humano, mantendo, até o fim do medievo, aspectos de obscuridade e mistério, ainda que aglutinados em superstições sobre sua frequência à noite. Para além desses atributos responsáveis por causar o temor, também ocupavam o papel de lugar da solidão e reflexão, do retiro e penitência dos eremitas, tentação e revelação de muitos santos, o que

sustentava ao mesmo tempo uma aura de sacralidade (LE GOFF, 1994, p. 94).

Assim, a força desse imaginário medieval sobre a natureza garantiu que muitas de suas manifestações (meteorológicas, cósmicas, epidêmicas entre outras) fossem compreendidas prioritariamente sob a lente do maravilhoso e do sagrado. Em consequência desta mentalidade, “a consciência da sua impotência perante as adversidades naturais e a atribuição destas a causas transcendentais que é impossível dominar, origina um comportamento fatalista, uma renúncia *a priori* a ‘querer mudar o mundo’” (HAUSSMANN, 1989, pp. 103-104).

Tal comportamento, por sua vez, não deixou de sustentar o hábito de executar tentativas de influência sobre estes elementos, para que fossem mais favoráveis ao homem, através de magias ou rituais, os quais o cristianismo hierarquizou. Mais do que isto, daí surgia uma cultura que

conserva um irresistível respeito religioso pela força ou forças misteriosas que se fazem sentir na natureza, daí resultando uma estrutura de valores que orientam o comportamento dos indivíduos e da sociedade. Esses valores têm sobretudo a função de assegurar, tanto quanto possível, uma simbiose do homem com as forças “sobrenaturais” (porque, sendo invisíveis, dominam a natureza, de que o homem faz parte) (Ibidem, p. 103).

Do mesmo modo, os homens se relacionavam com os elementos constitutivos da natureza (animal, vegetal e mineral), apresentando-os sob utilidades ocultas e características fabulosas, como menciona-se nos bestiários, lapidários e herbários. Sob o mesmo aspecto, coberto de crenças, se expressavam os conhecimentos geográficos sobre a terra, misturando territórios reais e imaginários, povoados de elementos espetaculares, como certos fenômenos, feras, raças humanas e não humanas.

Estas informações eram bastante atrativas para serem agregadas a grandes compilações, mas só tardiamente tornaram-se alvo de estudos mais sistemáticos e aplicações mais empíricas. Afinal, o “aspecto analítico, descritivo, desordenado, e frequentemente crédulo do conhecimento do mundo é marcado da mesma maneira, na geografia e estudo da superfície terrestre” (DELORT, 1982, pp. 78-79).

Contudo, apesar desses dados generalizantes, pode-se fazer algumas ressalvas a respeito do Ocidente medieval entre finais do século XIII e século XV. Em primeiro lugar, constata-se o maior reconhecimento, por parte de alguns indivíduos, sobre a relevância da utilização de mecanismos de observação que

demonstrassem maior objetividade, culminando, gradualmente, com certo avanço do teor científico (FONSECA, 2004, p. 175). Nesse momento, o imaginário, a partir da revisão de algumas crenças e conceitos tradicionais, começa a deixar de ser foco exclusivo de explicações quanto às questões naturais, o que muda a própria relação entre o homem e a natureza, bem como a produção de conhecimentos sobre esta.

Os conhecimentos sobre o espaço do reino progridem cada vez mais, com melhores descrições sobre as terras e regiões, uma vez que a geografia passa a ser considerada um saber indispensável nesse esforço de apreensão e percepção do território, incentivados pelos aspectos militares, necessidades financeiras e da administração régia. Afinal, os monarcas tomam maior consciência dos obstáculos em alcançar o cumprimento de suas ordens, bem como da importância do conhecimento e apropriação do espaço para o ato de governar. Assim, busca-se melhorias na marcação de fronteiras de um território já delimitado no fim do século XV, embora grosseiramente, pois os reis começam a “sentir a necessidade de melhor definir os seus domínios, como outros senhores, eclesiásticos e leigos, também precisam de fixar os espaços da sua atuação” (MAGALHÃES, 1994, p. 14).

Em segundo lugar, um olhar mais atento ao cotidiano dessas sociedades é capaz de desmistificar em certos níveis, a ideia das florestas, e outros espaços naturais, como lugar isento de presença humana, integralmente selvagem, ou mesmo inexplorado e árido. Na realidade, apesar do estigma de repelente e inóspita, havia todo um grupo de pessoas que conhecia e desejava o contato, até mesmo a vivência, com este ambiente, em sua maioria trabalhadores, como carvoeiros, porqueros, caçadores, entre outros. O próprio século XII presenciara vagas de evasão das cidades para as florestas como resposta ao crescimento urbano (LE GOFF, 1994, pp. 90-91).

Ou seja, as áreas florestais constituíam ambientes onde presenciava-se uma considerável presença e convivência humana, especialmente devido a seu fornecimento de produtos essenciais para consumo cotidiano e organização econômica do país. Consideradas como complementares ao campo e áreas cultivadas, aos quais muitas vezes se estendiam e misturavam, configuravam-se em fonte de riqueza cobiçada por senhores e plebeus (GONÇALVES, 2006, pp. 321-322).

Aos exploradores, que reduziam bosques e florestas à condição de mata de corte e fonte de matérias-primas, e aos camponeses, que usavam as matas como território de coleta, pastagem de gado e até caça menor, somavam-se os monteiros (OLIVEIRA MARQUES, 1987, p. 109). Tratavam-se estes de grupo dos cavaleiros, guerreiros que compunham a nobreza uma função social era guerrear e defender a sociedade, os quais se inclinaram à apropriação da floresta medieval para fazer dela seu território de caça, basicamente na função de lazer para os senhores (LE GOF, op. Cit., p. 90).

A caça grossa, ou montaria, realizava-se com a perseguição de cães visando abater animais de grande porte (cervos, ursos, javalis), sem o uso de armadilhas. Estritamente regulamentada e reservada aos reis, nobres e proprietários de feudos (GUERRAU, 2006, pp. 139-144), estes caçadores deslocavam-se a cavalo, em uma zona de atuação limitada, como as coutadas, com equipamento leve destinado a protegê-los. Esta atividade, de caráter viril, era praticada em todas as estações e com tanta frequência que chegava a ultrapassar semanas, pois o gosto aristocrático pelas praticas cinegéticas era tamanho que não hesitavam em enfrentar todo tipo de intempéries e perigos.

2 Saberes adquiridos pela experiência pragmática:

A paixão e constância com a qual os nobres se entregavam à arte da caça não só justificam as afirmativas sobre florestas, charnecas e bosques conterem uma frequente presença humana. Enraizada na cultura cavaleiresca não apenas como entretenimento nobre, mas também como preparação do guerreiro (PASTOUREAU, 1989, p. 134) através do exercício das armas e conservação da robustez do corpo, ocupavam cada vez mais o cotidiano da nobreza. Tanto o prazer proporcionado por estas atividades, bem como a necessidade de seu uso na educação dos nobres, resultou na proliferação de manuais e tratados a partir do século XII.

Um bom exemplo é a Literatura Técnica da Dinastia de Avis, um conjunto de obras produzida pelos príncipes e monarcas portugueses, a partir de fins do século XIV, e vinculados a uma série de manuais técnicos e didáticos originalmente portugueses que os precederam. Dentre elas inclui-se o *Livro de Montaria*, escrita por D. João I aos senhores, cavaleiros e escudeiros do seu reino, com o objetivo de

reunir e organizar em um só tratado os variados conhecimentos, desordenados e dispersos, adquiridos durante as caçadas.

Importante é notar que através desse tratado, e das práticas cinegéticas das quais trata, o contato direto e frequente com o ambiente natural se une a uma reflexão/postura pragmática contribuindo para produzir e registrar saberes mais objetivos sobre a natureza. D. João I mostrava uma racionalidade própria quanto à percepção da natureza e apreensão de seus conhecimentos, valorizando uma forma específica de utilizar a experiência, a observação empírica e o uso dos sentidos físicos, como o faziam os caçadores entregues continuamente às atividades da montaria, nos lugares onde era reservada.

Acontece ainda aos monteiros de correrem em pós de alguns porcos por charneças baixas, em que se o porco vê sempre bem descoberto; e as charneças são tão baixas que não podem mostrar carreiros, como antes disse; (...) e tanto que vir que o porco começa a subir alguma ereita pequena, assim como se faz continuamente nas charneças (...) (D. JOÃO I, 2003, p. 190).

Apresentando um conteúdo longe de ser homogêneo, percebe-se na composição da obra, certas passagens em que o ensinar e tratar com os animais é privilegiado, a partir das experiências pessoais dos autores e de seus companheiros. Em outros casos contém em si informações esparsas sobre os tipos de matos que compunham a vegetações dos lugares onde os monteiros perseguiram seus alvos: “(...) e quando se assim estremam, não se estremam senão nos paus que são cheios de erva ou de junco miúdo” (Ibidem, p. 77). Alguns conteúdos são mais amplos e complexos misturando vegetação e características dos montes ou vales.

Primeiramente os outeiros altos e nos vales por que correm águas e em silveiras e em murteiras e em aveleiras e em fentais, em que não dê sol naquele tempo, e em carvalheiras e giesteiras; e nestes lugares se assentam os porcos mais a miúde que em todos os outros, no tempo do verão e isto é segundo as terras que são (Ibidem, p. 80); E os montes que são quentes são de estevais e de carrascais e de sargaços e de tojais, que sejam grandes e velhos; e nestes muito continuamente estão os porcos no tempo de inverno mais que noutros montes; e de tais montes como estes se devem os monteiros de guardar, que não entrem por eles quando atrelarem pelo porco, no tempo de inverno (Ibidem, pp. 80-81);

(...) se acontecer que se o porco ladre em algum monte tal em que possa entrar o de cavalo, assim como em estevais ou urzais ou em montes delgados, em que o de cavalo possa bem andar, ali meta o cavalo a trote e leve a ascuma de sobre mão e vá direto onde o porco está (Ibidem, p. 185);

(...) e isto mesmo neste outro lugar, quando o porco vai para algum monte e quando vai por algum carreiro e ao saltar de algum córrego e quando está ladrando nalgum

lugar espesso, assim como de silveiras ou de grandes moitas, ou de aroeiras, ou outros lugares que sejam muito espessos, e os moços não possam entrar a ele, e querem-no atender de fora da moita, pelo matarem mais a seu salvo (Ibidem, p. 134);

Observa-se também a exposição de conhecimentos do clima, ou seja dos “tempos” que afetavam os montes, intimamente ligados ao mundo da caça. Incluem-se aí dados sobre os ventos e as chuvas, muitas vezes acompanhadas dos lugares, períodos e formas de ação, tendo em vista a necessidade de se estabelecer os usos que se podia fazer destes elementos. Percebe-se, portanto, que não se trata apenas de descrever conhecimentos soltos e desconectados, pois muitas vezes D. Joao I preocupa-se em dar conta das íntimas implicações existentes entre estes aspectos, como clima e vegetação.

Ainda alguns cães por si mesmos, como dito havemos, erram e isto é pelos tempos, os quais tempos quando assim vêm, que fazem os cães errar, ou é pelo tempo todo ser um, que compreenda todas as partes do monte, assim como é o soão no primeiro dia do seu correr, ou muito grande aguião, que vem com tanta força de sobre as águas, que chove em na manhã ou antes; e nestes tempos tais nós dizemos gerais, porque compreendem todas as partes do monte, assim altas como baixas, a qual coisa não fazem os outros tempos todos, que adiante diremos (D. JOÃO I, 2003, p. 127).

E desde que o monteiro vir que o seu cão lhe anda bem na trela, aguarde tempo que bom seja para começar a fazê-lo, ca o melhor tempo em que com ele tenham de começar é o que já antes dissemos e este é o Outono, depois que muito chover (Ibidem, p. 45).

E no que o tempo faz em tornar os rastos frescos, isto se não faz em todos os lugares, ca posto que o tempo seja assim, que faça tornar as terras frescas, sede bem certos que as não faz em todas as terras por tal guisa, que homem não possa conhecer. Mas onde se faz continuamente são dois lugares principais, mais que em todos os outros e são estes: nos lavaiais, à saída deles e nos estevais novos, que estão em terra preta como de aldeia, ca nestes lugares se fazem às vezes os rastos tão frescos em tal guisa, que não há no mundo monteiro que o possa estremar se é da manhã, ou não, quando por olho (Ibidem, pp. 67-68).

Mais do que isto, acompanha-se neste período um desenvolvimento, ainda que de forma rudimentar, da cartografia topográfica, unido aos já mencionados saberes mais empíricos, mostrando um maior conhecimento acerca da localização dos espaços naturais que estão inscritos no território do Reino português. A fonte apresenta trechos onde se demonstra esse conhecimento em processo de aperfeiçoamento que é a localização de cada espaço natural nas regiões administrativas que compõem o reino português, juntamente com algumas características físicas.

Há aí outras armadas que são grandes de correr, como dissemos, que ainda que o alão não filhasse o porco, que ele se estreveria a o matar de cavalo; e estas armadas tais, onde se mais amiúde acham, assim é nas charnecas que são tais como as de Santarem, ou outras semelhantes. (...). Ca porque dissemos que estas armadas de tão longo espaço, se achavam de ser em nas charnecas, assim é verdade, porque as charnecas têm em si montes alevantados e se ao sair da trela o alão o não visse, sempre ficaria em dúvida de o poder filhar (Ibidem, p. 163).

(...) e vós sabede que nós não falamos de carreiro que seja tão ancho como a estrada de Lyelba, que vai para Santarém, mas falamos-lhe dos carreiros que continuamente são nas charnecas, em que se fazem tais corridas, ca se bem pararmos qualquer que isto quiser saber, poucos lugares achará em tais charnecas (Ibidem, p. 189).

(...) ca em todos os lugares do monte não são todos estes que assim dissemos, ca entre Tejo e Odiana, em poucos lugares, ou em nenhuns, se acham carvalheiras que sejam de folha ancha, nem na serra de Estrela ao de leve se podem achar murteiras. E ainda é assim que entre o Tejo e Odiana, posto que o assim dissemos, que nas feiteiras se assentavam os porcos em tal tempo, posto que nalguns lugares as haja, os porcos não se assentam nelas de boamente, em tal guisa que poucos ou nenhuns se assentam nelas. E isto é porque entre Tejo e Odiana é a terra mais quente que na Beira e todos os carrapatos se vão para os fentos, porque os acham frios e por isso há mais neles que em todas as outras ervas (Ibidem, p. 80).

Muito da relação que o homem medieval desenvolvia com a natureza provém do fato de que, ainda relativamente defasada de recursos técnicos em diversas áreas, a sociedade medieval necessitava das diversas referências de elementos naturais tanto para a oficialização de uma série de conhecimentos, quanto para a funcionalidade de muitas de suas atividades.

Ora de conhecer de que horas é o porco, porque assim quer andar, se é da manhã ou não, não se conhece senão pelas fresquidões da terra e dos paus que quebra e do talho das ervas e do passar das águas e do tirar do orvalho; e isto em como se conhece, como já dissemos, que era muito mal de se pôr em escrito. (...) e esta fresquidão não é senão porque o ar não a tange e quando por espaço está pelo ar que a corrompe, logo a faz parecer seca e tirada daquela molidão, que ela de si mostra, a qual tem de sua natureza (D. JOÃO I, 2003, p. 56).

E então cate monte que seja grande e que os porcos andem nele seguros e que se assentem perto das fraldas do monte; e há mister que se levante muito cedo, em tal guisa que chegue ao lugar em que houver de dar a travessa que seja antes de manhã e atenda tanto que se acolham os porcos ao monte (Ibidem, p. 45).

Referências tão importantes, e ao mesmo tempo tão intimamente vinculadas à natureza pela sua dependência, a ponto de autores como D. João I assumirem que foram exclusivamente obtidas através da presença nesses ambientes naturais, sendo praticamente impossíveis serem colocados nos livros e serem apreendidos por eles.

E bem assim nos rastos, não pode nenhum monteiro pôr por escrito as fresquidões, nem as sequidões que fazem sobre a terra e na erva e nos paus que quebra, quando passa por cima deles e nas outras coisas em que se os rastos podem conhecer, ca mais se mostra pela vista aos que aprendem que por a pôr por escrito (Ibidem, p. 55).

Não se pode considerar ainda tais exemplos como uma atitude científica de fato, tendo em vista certas irregularidades e faltas dos dados. Entretanto, a busca de um rigor geográfico e veracidade nas observações corroboraram com a submissão da fantasia à objetividade da noção de espaço, bem como dos conhecimentos gerais sobre a natureza.

3 Desenvolvimento técnico e esforço contra os embargos naturais:

Sobre os embargos que a natureza fornecia a quaisquer pessoas que em seus ambientes buscasse frequentar, o *Livro de Montaria* é bastante ilustrativo. Assim como outras espécies de fontes da época, traz informações sobre um território natural cujas características e funcionamento apresentavam inúmeros obstáculos geográficos (orográficos, climáticos, entre outros) ainda de difícil transposição no período.

Quando ao monteiro assim acontecer de chegar a tal lugar, onde se o porco ladre e estiver acerca dele e vir que não pode ir onde ele está de cavalo, pelos embargos ditos das barrocas ou dos silvados, ou de outras muitas coisas que no monte há que isto embargam, vá calado, que não fale nenhuma coisa e atenda até que veja fazer ao porco a corrida com os cães (D. JOÃO I, 2003, p. 185).

A intenção do texto é mostrar aos nobres que praticavam a montaria e equitação nesses espaços mais selvagens, toda a espécie de intempéries e entraves que eles poderiam encontrar em sua passagem e permanência por tais ambientes, a fim de preveni-los dos acidentes e constrangimentos, e mostrar como remediar situações, quando possível. Alguns dados referem-se explicitamente às características climáticas (clima, temperatura, chuvas e ventos, entre outras) desses espaços naturais que, obviamente, mostram efeitos mais agressivos aos que com ela possuem contato.

E outros disseram outra mais certa razão para conhecer este porco, se é da manhã ou não; ca dizem, se esta sequeidão se faz por chover e que desde que pelo chover corre este vento com esta força, que não embargando isto, que se não deixa de saber isto, de que horas é; ca dizem que sabido está que quando chove, demais se as chuvas são grandes ou ainda comunais, que todos os rastos que de antes das chuvas são, todos ficam mortos. E por isto, se o rasto fica em todo lugar vivo, assim em como deve de ser, não embargando a sequeidão do vento, bem podem dizer que des pela água é aquele rasto. E a dizer de que horas é, disseram que devem a parar mentes, em que horas deixou de chover e que de tais horas é aquele rasto (Ibidem, p. 67).

Na parte que dissemos antes, que o Monteiro pelo cheirar do seu sabujo provando hora de um rasto no outro e que por isto podia saber de que horas era, em como quer que assim seja, há aí algumas coisas que os tempos muitas vezes fazem aos sabujos fazer, por que os Monteiro são em si mesmos enganados por este cheirar do sabujo; (...) Ainda se fazem outras coisas que a também embargam os sabujos a bem cheirar o porco se for da manhã, que acontece nos tempos de inverno, que vai o porco da manhã e acontece cair tanta neve ou geada em na manhã que acrescenta o rasto, que os sabujos não o cheiram daquela guisa que soem a cheirar o porco que estes embargos não tem (Ibidem, p. 60).

Além disto, destacam-se outros elementos naturais de embargo ao homem nesses ambientes, que são da mesma forma importantes em terem atenção. Consistem em características geográficas vinculadas ao relevo, hidrografia e vegetação que compõem tais ambientes e que muitas vezes não eram fáceis, no período em questão, de serem percebidos e mesmo contornados. A textura do solo, sua composição ou não de pedras e lamas, a espessura dos matos e árvores, a largura dos caminhos e passagem das águas, a tudo isto necessitava bastante cuidado e precaução.

(...) mas em como quer que assim seja, os Monteiro não podem tanto que se possam guardar de cair, porque muitas vezes caem os cavalos em covas de coelhos e em covas de sobreiros velhos e em paus atravessados ou em tremedais de águas e noutras muitas coisas que se não podem contar; mas emper, há aí duas coisas que são tão certas para estes montes de charneças, em que homem não pode bem ver a terra pelo mato que a embarga, que não pode por ali passar que a de leve não caia, se a todo correr for; (...) e a razão é esta e os Monteiro todos a sabem, que não há aí vale por que não corram águas nadas, que corram todo ano, ou águas de inverno; e assim continuamente pelos vales, pelo corrimento destas águas, se fazem muitas quebradas de águas e poças altas e baixas, em guisa que se o Monteiro não visse lugar desembargado, por que houvesse de atravessar o vale, logo está em aventura de cair, isto é pelas barrocas muitas que nos vales estão (D. JOÃO I, 2003, pp. 189-190).

E cada uma coisa que os assim embarga, a cada uma deve o Monteiro pôr seu remédio, ca nas armadas muitas vezes embarga o sol e o vento e isso mesmo quebradas de água, que se fazem em tal guisa que o Monteiro não se pode fazer a corrida à sua vontade; e ainda mais as embarga a espessura das árvores, tremedais de águas, pontas de montes que entram pelas armadas, que os embargam de não serem em sua direita razão (Ibidem, p. 161).

Com base nos extratos de fontes, referentes a preocupações que afetavam os monteiros durante a frequência no monte, pode-se considerar o considerável grau de condicionamento à variabilidade dos elementos da natureza, que a sociedade europeia, ainda apresentava durante os séculos XIV e XV. De fato, o homem medieval encontrava-se, até os dois últimos séculos deste período, bastante sujeito aos constrangimentos naturais, sejam estes relacionados à vegetação ou mesmo a outras características geográficas de tal espaço, e cuja imposição determinou por longo tempo os múltiplos aspectos de seu cotidiano. Apesar de a experiência cotidiana fornecer um certo grau de previsibilidade em relação a determinados elementos naturais, como o conhecimento do clima, os mecanismos para se evitar ou contornar danos não apresentavam-se tão desenvolvidos ou eficazes.

As crises agrícolas destacadas por Oliveira Marques, resultantes de pluviosidade excessiva assim como anos de seca, são uma das muitas demonstrações de como a natureza condicionava a existência humana no período (OLIVEIRA MARQUES, 1987, p. 94). Esta imposição do meio natural mostrou-se por muito tempo, durante o medievo, mantenedora constante do domínio sobre o cotidiano do homem medieval, bem como do exercício das atividades deste.

Pastoureau ainda exemplifica as viagens ao longo do período medieval. Segundo o autor, a precariedade dos meios de circulação, e conseqüente dificuldade de mobilidade, tendo em vista a péssima qualidade (ou mesmo ausência) de estradas e caminhos. Isto acrescentava à experiência das viagens uma seqüência de entraves e perigos, principalmente por obrigarem os viajantes a atravessarem florestas, charnecas, pradarias e acidentes naturais (o que não deixava de ser considerado uma aventura) (PASTOUREAU, 1989, p. 158). A própria tentativa de utilização ao máximo das vias fluviais, como rios e ribeirões, consideradas mais seguras e menos dispendiosas, estava condicionada à permissividade das estações e da geografia.

Isto afetava também própria a fixação de fronteiras, ainda deficiente no período, que dependia geralmente da existência de acidentes geográficos, usados como marcos de delimitação dos territórios. Era o caso da utilização de montanhas, cursos de água, serras e colinas, e mesmo a presença de árvores, frondosas e isoladas. Em outros casos, os homens tinham que tomar maior responsabilidade na marcação dos limites e fronteiras, as quais evoluíam “juntamente com o meio físico e

são transformadas pelo arroteamento de uma floresta, a secagem de um pântano, a abertura de um canal” (PASTOUREAU, 1989, p. 157).

Assim, cabe identificar que o investimento na apreensão e produção de conhecimentos mais objetivos sobre o espaço natural, inclusive registrados em escrita, demonstram certo esforço do homem medieval em se desvencilhar ao máximo dos constrangimentos naturais a que está sujeito. Afinal, isto também permitiu o acúmulo de alguns recursos que propunham minimizando os efeitos da dependência que a sociedade medieval ainda mantinha com muitos elementos da natureza.

Deve-se manter em mente, inclusive, o fato de que o homem, no final da Idade Média, tenha já alcançado um considerável avanço em seu nível de conhecimentos e técnicas em relação à natureza, ainda que fosse pelo aperfeiçoamento de elementos antigos. Estas refletem tentativas pragmáticas de obter maior controle sobre os recursos da natureza: como arroteamentos, diques, canais, açudes, moinhos, etc.

Segundo José Mattoso, culturas e civilizações não seriam possíveis sem a técnica, uma vez que ela “assegura e exprime a socialização, o esforço coletivo das nações para se constituírem, fortalecerem e perpetuarem” (MATTOSO, 1994, p. 374). Com relação a Portugal nos séculos XIV e XV, o autor, assumindo as restrições em falar de tecnologia, alinhou o instrumental decisivo que permitiu os habitantes deste território construírem Portugal e afirmassem suas especificidades. E embora não pressuponha que este apresentem originalidade de meios e de aplicações no período, aponta que “as soluções encontradas fossem ou não originais, acabaram por formar um corpus cultural coeso, testado pela experiência e cristalizado em mentalidade” (Ibidem, p. 375).

O exemplo das fontes acima sobre os monteiros mostram que, apesar da relevante dependência do homem medieval ao meio natural, estes não se relacionavam (e apreendiam) passivamente com os elementos naturais. Afinal, o território do Ocidente medieval não apresentava nenhuma paisagem com aspectos totalmente originais (a exemplo de soutos e carvalhais) como em seus períodos primitivos, tendo em vista que os homens atuavam ali há milênios. Isto significa que, ao se referir à paisagem vegetal do medievo, deve-se ter em mente tratar-se de um meio natural já em estado considerável de antropização, podendo-se reconhecer apenas a linha dos horizontes e o perfil das serras (DEVY-VARETA, 2002, p. 170).

Seguindo este pensamento, encontra-se aqui um forte direcionamento em concordar com o quão equivocada se mostra a perspectiva do determinismo geográfico, pois se torna evidente que o surgimento de países/regiões e a constituição dos perfis de seus habitantes não são determinados apenas pelo território. Não é por acaso que José Mattoso considera a paisagem como uma “condicionante limitativa em muitos casos e uma promessa de realizações em muitos outros” (MATTOSO, 1994, p. 313).

Afinal, o fato de os espaços geográficos serem, em boa parte, construção do homem através da história, é justamente um dos fatores fundamentais para valorizá-los como objeto histórico (de longa duração), considerando suas especificidades a fim de compreender a história de um povo/região em determinado período.

Os próprios estudos atuais sobre estas questões, sejam eles arqueológicos e/ou paleoambientais, cada vez mais se preocupam em agregar em suas análises os efeitos dos impactos da intervenção humana no modelo natural. A íntima integração destes dois pólos, no que tange ao estudo das transformações da natureza, culminou favoravelmente com o incentivo a abordagens interdisciplinares entre ciências naturais e ciências humanas e sociais. Dentre as vantagens desta abordagem da vegetação, ela

desenvolve-se a partir de uma dimensão humana e social a jusante das ciências sociais e partindo do pressuposto de que o ambiente territorializado resulta de um processo interativo entre fenômenos naturais e sociais. As questões ambientais não dizem apenas respeito ao campo científico mais ligado ao natural, nem o ambiente é um novo objeto científico. A problemática do ambiente envolve todas as ciências particularmente as do campo social (DEVY-VARETA, 1995, p. 25).

É justamente este o ambiente que interessa, ou seja, um complexo sistema que consiste na interação de componentes naturais e sociais, seja no mesmo tempo e espaço, ou não. Assim, privilegia-se uma investigação sobre o meio físico, não em si mesmo, mas através de sua dimensão social, buscando enxergar nesta nova tendência do ambiente a “rede de relações/valores não visíveis e indiretamente perceptíveis que se estabelecem, por um lado, entre ambiente biofísico e grupos sociais e, por outro, entre os próprios grupos humanos que interferem com o ambiente biofísico”(Ibidem, p. 20).

4 Considerações finais:

Ressalta-se que os contemplativos não representavam todo o saber da Idade Média, menos ainda todo o saber científico, nem que os místicos e filósofos constituíram os expoentes únicos do conhecimento advindo da natureza (MARTINS, 1956). Afinal, quando se intenta estudar uma sociedade específica, Huizinga faz o seguinte alerta:

As formas de pensamento de uma época não podem apenas ser estudados nos aspectos por que se revelam nas especulações teológicas, filosóficas ou nas concepções da fé, mas também nas da sabedoria prática e da moral corrente. Podemos mesmo afirmar que o verdadeiro caráter do espírito de uma época revela-se melhor na sua maneira de observar e exprimir as coisas triviais e comuns do que nas manifestações da filosofia e da ciência. Porque na verdade toda a especulação culta, pelo menos na Europa, está filiada, por forma complexa, em origens gregas, hebraicas e mesmo babilônicas e egípcias, ao passo que na vida ordinária o espírito de uma raça ou de uma época se exprime ingênua e espontaneamente (HUIZINGA, 1924, p. 233).

Desta assertiva pode-se aferir que as altas especulações é que se encontravam filiadas a origens antigas, na maior parte das vezes carentes de inovações e ultrapassadas em muitos aspectos. Já com relação à vida ordinária, o espírito desta época se mostrava mais espontâneo e, conseqüentemente, mais aberto a um acúmulo de novas experiências de conhecimentos, ainda que convergente com as antigas. Assim, aponta-se que, para além destes representantes simbolistas, como místicos e filósofos distanciados da realidade concreta, existiram na Idade Média os caçadores e os livros de caça para nos fazer enxergar como é demasiado exagerada a afirmação de que os homens medievais conheciam ou frequentavam mal a natureza.

Mais do que isto, a experiência registrada pela frequência cotidiana dos monteiros nos ambientes naturais, como bosques e florestas, não apenas contribuiu para a produção de uma gama de conhecimentos e saberes a respeito da natureza, sob um ponto de vista mais objetivo e preocupado com efeitos mais pragmáticos.

Da mesma forma, refletiram-se desenvolvimento de uma postura menos fantasiosa que culminou no fornecimento de condições para “adaptar, enfim, o universo às contingentes e variáveis aspirações humanas, em vez de ser o homem a adaptar-se às hipotéticas estruturas desse universo, consideradas dantes

inatingíveis e que se demonstrou serem, em grande parte, imaginárias” (HAUSSMANN, 1989, p. 104). A adoção dessa postura foi de extrema importância para o aprimoramento e criação de todo um conjunto de técnicas responsáveis por fornecer ao homem maior atuação, e em parte controle, quanto aos componentes que constituem esses espaços da natureza.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

JOÃO I, D. *Livro da Montaria* (edição Manuela Mendonça). Ericeira: Mar de Letras, 2003.

DELORT, Robert. *La vie au Moyen Age*. Paris: Seuil, 1982.

DEVY-VARETA, Nicole. “Fomento e ordenamento florestal nas regiões litorais durante a Época Moderna” in: *O litoral em perspectiva histórica (séculos XVI a XVIII)*. Porto: Instituto de Moderna, 2002.

DEVY-VARETA, Nicole. “Geografia, vegetação e problemática do ambiente” in: *Inforgo*, 9-10, 1995.

FONSECA, P. C. L. “Animais e imaginário religioso medieval: os bestiários e a visão da natureza” in: SANTOS, Dulce O. Amarante dos; TURCHI, Maria Zaira (org.). *Encruzilhadas do imaginário: ensaios de literatura e história*. Goiânia: Cânone Editorial, 2004, v. 1, p. 175.

GONÇALVES, Iria. “Sobre o coberto arbóreo da Beira Interior nos finais da Idade Média”. *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Amadeu Coelho Dias*, vol. 1, Porto, 2006.

GUERRAU, Alain. “Caça” in: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (coord.). *Dicionário temático do ocidente medieval* vol. I. Bauru: EDUSC, 2006.

HAUSSMANN, Giovanni. “Cultivo” in: ROMANO, Ruggiero (dir.), *Biblioteca Einaudi*, vol. 16: *Homo - Domesticação; Cultura Material*. Porto: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1989.

HUIZINGA, Johan. *O declínio da Idade Média: um estudo das formas de via, pensamento e arte em França e nos Países baixos nos séculos XIV e XV*. Lisboa: Ed. Ulisséia, 1924.

LE GOFF, Jacques. “Rei” in: LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude (coord.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*, vol. I. Bauru: EDUSC, 2006.

LE GOFF, Jacques. *O Imaginário Medieval*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

MAGALHÃES, Joaquim Romero. “O enquadramento do espaço nacional” in: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*, vol. III. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

MARTINS, Mário. “Experiência e conhecimento da natureza no Livro da Montaria” in: *Estudos de Literatura Medieval*. Braga: Livraria da Cruz, 1956.

MATTOSO, José. *História de Portugal* vol. II. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

MICHELI, Gianni. "Natureza" in: ROMANO, Ruggiero (dir.), *Biblioteca Einaudi, vol. 16: Homo - Domesticação; Cultura Material*. Porto: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1989.

OLIVEIRA MARQUES, A. H. *Portugal na Crise dos séculos XIV e XV*. Lisboa: Editorial Presença, 1987.

PASTOUREAU, Michel. *No Tempo dos Cavaleiros da Távola Redonda (França e Inglaterra, séculos XII e XIII)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.